

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.267.352 - SP (2018/0061600-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : IZABEL CRISTINA CALEGARE
ADVOGADO : CLÁUDIO HIDEKI IDEHARA - SP171232
AGRAVANTE : JOSE CARLOS BARBI
ADVOGADOS : OSNY BUENO DE CAMARGO - SP028858
ANNA CONSUELO LEITE MEREGE - SP178271
AGRAVADO : OS MESMOS
INTERES. : ASSOCIACAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE
OURINHOS
ADVOGADO : ERNESTO DE CUNTO RONDELLI - SP046593

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042, CPC/15), interposto por **JOSE CARLOS BARBI**, em face de decisão que não admitiu recurso especial do ora insurgente.

O apelo nobre (art. 105, III, alíneas "a", CF) desafiou acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 1001, e-STJ):

Responsabilidade civil - Autora afirma que falecimento de sua filha é fruto de erro na conduta do médico ortopedista que a atendeu - Procedência - Inconformismo das partes - Acolhimento em parte - Pensão mensal a título de indenização material descabida - Prova nos autos que permite concluir pela ausência de grau acentuado de culpa do réu - Indenização moral reduzida para R\$ 50.000,00, valor compatível com essa conclusão, com a situação econômica dos réus e que serve de conforto à autora - Solidariedade entre réus configurada - Sentença reformada em parte - Recurso do réu José provido em parte, desprovido o da Santa Casa.

Nas razões do recurso especial (fls. 1124-1142, e-STJ), o agravante aponta violação aos artigos 186 e 927 do CC, afirmando que a condenação por dano moral deve ser afastada, na medida em que, pelas provas colhidas nos autos, não foi possível determinar nexos causal entre sua conduta e o óbito da menor. Alternativamente, pugna pela redução do *quantum* indenizatório, nos termos do artigo 944 do CC.

Contrarrazões às fls. 1164-1169, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, o Tribunal de origem negou seguimento ao reclamo (fls. 1174-1175, e-STJ), dando ensejo ao presente agravo (fls. 1189-1209, e-STJ), por meio do qual a parte agravante pretende a reforma da decisão impugnada e o processamento do apelo.

Contraminuta às fls. 1228-1232, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A pretensão não merece prosperar.

1. O ora agravante sustenta a inexistência de ato ilícito, ao argumento de que não houve qualquer irregularidade no atendimento prestado, de forma que não ficou demonstrado

Superior Tribunal de Justiça

o nexo causal, um dos elementos ensejadores da responsabilidade civil.

O Tribunal *a quo*, com amparo nos elementos de convicção dos autos, concluiu pela presença dos elementos ensejadores do dever de indenizar (fls. 1008/1011, e-STJ).

Assim, para rever tal conclusão seria imprescindível o reexame de todo o acervo fático e probatório dos autos, providência esta vedada em sede de recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. **INDENIZAÇÃO. ERRO MÉDICO. DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTÉTICOS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. CULPA E VALOR DO DANO MORAL E ESTÉTICO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA.** [...] 2. **Inviável o recurso especial cuja análise impõe reexame do contexto fático-probatório da lide. Incide a Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça (STJ).** [...] 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 847.057/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 26/04/2017) [grifou-se]

RECURSO ESPECIAL. **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ERRO MÉDICO. RETIRADA DE MAMA E LINFONODOS. CULPA E VALOR. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO OCORRÊNCIA.** 1. Trata-se de indenização por danos morais em virtude de erro médico, consistente na remoção total da mama esquerda e dos linfonodos da autora, com base em resultado de exame citológico equivocado. 2. **O Tribunal estadual concluiu, com base no contexto fático-probatório dos autos, que tanto o médico mastologista quanto o médico patologista agiram com culpa. Não há como rever tal entendimento, neste momento processual, ante o óbice da Súmula nº 7/STJ.** [...] 6. Recursos especiais parcialmente providos. (REsp 1411740/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 20/02/2017) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ERRO MÉDICO. REALIZAÇÃO DE EXAME. MORTE DO PACIENTE. 1. OMISSÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA FORMA COMO FOI VIOLADO. SÚMULA N. 284/STF. 2. COMPROVAÇÃO DA CULPA, DO DANO E NEXO DE CAUSALIDADE. CONCLUSÕES FÁTICAS DO TRIBUNAL. REVER O QUADRO FÁTICO TRAÇADO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.** 3. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. PECULIARIDADES DE CADA CASO CONCRETO. 4. VALOR DA INDENIZAÇÃO. R\$120.000,00. CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DA

Superior Tribunal de Justiça

PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. 5. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. [...] 2. É vedado em recurso especial o reexame das circunstâncias fáticas da causa, ante o disposto no enunciado n. 7 da Súmula do STJ: "A pretensão de simples reexame de provas não enseja recurso especial." 3. Atacar a conclusão do Tribunal de origem e analisar a inexistência de erro médico na realização do exame, já assentado como comprovado, pois presentes todos os requisitos ensejadores da responsabilidade subjetiva - demonstração da culpa na conduta da recorrente, a existência do dano e o nexo de causalidade -, é impossível neste caso, pois seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é obstado em recurso especial. [...] 7. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 513.918/BA, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 03/02/2016) [grifou-se]

2. Outrossim, alternativamente, a parte agravante pugna pela redução do valor da indenização por danos morais fixada pelo Tribunal *a quo*.

Com efeito, não obstante o grau de subjetivismo que envolve o tema da fixação da indenização, uma vez que não existem critérios determinados e fixos para a quantificação do dano moral, reiteradamente tem-se pronunciado esta Corte no sentido de que a reparação do dano deve ser fixada em montante que desestimule o ofensor a repetir a falta, sem constituir, de outro lado, enriquecimento indevido.

Com a apreciação reiterada de casos dessa natureza, concluiu-se que a intervenção desta Corte ficaria limitada aos casos em que o *quantum* fosse ínfimo ou exagerado, diante do quadro fático delimitado em primeiro e segundo graus de jurisdição.

No caso em tela, consideradas as circunstâncias e peculiaridades do caso, o Tribunal local assim concluiu (fl. 1011, e-STJ):

Por estes motivos, e considerando a capacidade econômica dos réus, entendo que é o caso de reduzir a indenização moral para R\$ 50.000,00, valor o qual se mostra razoável para servir de conforto à autora, mas sem representar dupla pena pelo fato e sem causar prejuízo da grande monta ao sustento e à manutenção dos réus (lembrando que a Santa Casa de Ourinhos, dada sua hipossuficiência econômica, é beneficiária da gratuidade, vide fls. 324).

Referido valor, de fato, consideradas as circunstâncias fáticas, não destoa daqueles reputados razoáveis e proporcionais por esta Corte, em situações semelhantes, de modo a não haver justificativa para afastamento do óbice inserto na Súmula 7 do STJ.

Confira-se:

RECURSOS ESPECIAIS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ERRO MÉDICO. FALECIMENTO DE RECÉM-NASCIDO. 1. OMISSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO CONFIGURADA. 2. LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO. FALTA DE LEGITIMIDADE RECURSAL DO CORRÉU PARA SE INSURGIR CONTRA A EXCLUSÃO DE UM DOS LITISCONSORTES DO POLO PASSIVO DA DEMANDA. PRECEDENTE. 3. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL

Superior Tribunal de Justiça

E JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. 4. ALTERAÇÃO DO POLO ATIVO DA DEMANDA. POSSIBILIDADE, ANTE AS PECULIARIDADES DO CASO. 5. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA DOS MÉDICOS E OS DANOS CAUSADOS À SAÚDE DO MENOR. REEXAME DE PROVAS. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. 5.1. PROVA PERICIAL. NÃO VINCULAÇÃO DO JULGADOR. 6. REDUÇÃO DO VALOR DA REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. DESCABIMENTO. 7. RECURSO ESPECIAL DO PRIMEIRO RECORRENTE CONHECIDO E PROVIDO, E CONHECIDO E DESPROVIDO O DO SEGUNDO INSURGENTE.

[...]

6. É possível a intervenção deste Superior Tribunal de Justiça para reduzir o valor da indenização por danos morais apenas nos casos em que o quantum arbitrado pelo acórdão recorrido se mostrar exorbitante, distanciando-se dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, situação que não se faz presente no caso, diante da sua fixação em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em favor dos pais da criança.

7. Recurso especial do primeiro recorrente conhecido e provido, e conhecido e desprovido o do segundo insurgente.

(REsp 1328457/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 17/09/2018)

[Valor: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ERRO MÉDICO. MORTE DO FETO (GESTAÇÃO DE 8 MESES). PROVA PERICIAL POSITIVA. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. DESNECESSIDADE DE NOVA PERÍCIA. RESPONSABILIDADE DO MÉDICO PLANTONISTA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

3. O Tribunal de origem, à luz dos princípios da livre apreciação da prova e do livre convencimento motivado, bem como mediante análise soberana do contexto fático-probatório dos autos, entendeu pelo cabimento de indenização por danos morais por erro médico. O reexame de tais elementos, formadores da convicção do d. Juízo da causa, não é possível na via estreita do recurso especial, por exigir a análise do conjunto fático-probatório dos autos.

Incidência da Súmula 7/STJ.

4. No que tange ao quantum arbitrado em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para cada autor, a título de danos extrapatrimoniais, certo é que o convencimento das instâncias ordinárias para o valor fixado deu-se com base nos elementos de convicção dos autos, em consonância com a extensão do dano causado. Com efeito, não se verifica no montante fixado violação do princípio da proporcionalidade a ensejar a superação do óbice da Súmula 7/STJ, não justificando, assim, na espécie dos autos, a intervenção desta Casa, no ponto.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

Superior Tribunal de Justiça

(AgRg no AREsp 510.173/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 02/09/2014, DJe 06/10/2014)
[Valor: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).]

Desta forma, considerando que o valor fixado pelo Tribunal Estadual a título de danos morais não se mostra excessivo, em relação ao reputado razoável por esta Corte em situações semelhantes, conclui-se que a pretensão do agravante esbarra no óbice da Súmula 7 desta Corte.

3. Do exposto, nego provimento ao agravo interposto por JOSE CARLOS BARBI.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

